

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

23/06/2017

Disponível no site http://www.sintius.org.br

Sindicalistas se reúnem na segunda para definir greve geral

A votação da reforma trabalhista, prevista para a próxima quarta-feira, dia 28, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, pode transformar a greve geral, prevista para a próxima sexta-feira, dia 30, em manifestações pontuais na Baixada Santista e também em vários estados do País. É que, as centrais sindicais vão manter mobilização no Congresso Nacional e pretendem enviar um número expressivo de trabalhadores para pressionarem os senadores a rejeitarem a reforma, que já foi aprovada pela Câmara dos Deputados. A decisão será feita pelas centrais sindicais, em reunião, às 10 horas de segunda-feira, dia 26/06, no Sindicato dos Bancários.

Leia mais: Jornal Diário do Litoral - 23/06/2017

Reforma trabalhista será votada no Senado até o início de julho.

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator da reforma trabalhista (PLC 38/2017) nas Comissões de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais, afirmou que o texto será votado pelo Plenário do Senado até a primeira semana de julho.

O senador lembrou que, após o debate marcado para a próxima terça-feira (27), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai discutir e votar o projeto no dia seguinte (28), mesmo que a reunião siga até a madrugada.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 23/06/2017

Governo avalia novas concessões para votar reforma da Previdência

O Palácio do Planalto está disposto a fazer novas concessões para viabilizar a aprovação da reforma da Previdência no Congresso, acatando mudanças que poderiam reduzir ainda mais o impacto das mudanças e a economia esperada pelo governo.

A crise política provocada pela delação dos donos da gigante de alimentos JBS paralisou as discussões da reforma, que está pronta para ir à votação no plenário da Câmara dos Deputados. Com medo de sofrer uma derrota, o governo decidiu adiar a votação para o segundo semestre.

Aliados de Temer acham melhor deixar a reforma para depois que a Câmara analisar a denúncia criminal que a Procuradoria-Geral da República deve apresentar em breve contra o presidente, que foi acusado pelos donos da JBS de receber propina para defender seus interesses.

Auxiliares de Temer dizem que o governo se prepara para ceder em um dos pilares da reforma da Previdência –a idade mínima proposta para aposentadoria das mulheres poderia ser reduzida novamente, dos 62 anos estabelecidos pela proposta negociada com a Câmara para 60.

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo - 23/06/2017





O Brasil de hoje precisa de um Estado melhor, não necessariamente menor, por Nelson Barbosa

Hoje adotarei um hábito de economista e assumirei que haverá solução para a atual crise política. Sei que isso é querer demais, mas tomo esse atalho para discutir dois temas inevitáveis para qualquer governo, seja agora ou em 2019: qual deve ser a estratégia fiscal e o tamanho do Estado na economia?

Para responder a essa pergunta, é preciso separar as duas coisas, porque equilíbrio fiscal é compatível com diferentes tamanhos de Estado. Nós, economistas, definimos equilíbrio fiscal como uma relação estável entre dívida pública e renda total (PIB) da economia. A partir de um valor ou meta para o grau de endividamento do governo, é possível calcular o resultado primário necessário para manter a relação dívida pública/PIB constante com base em projeções para o crescimento, a inflação e a taxa de juro da economia. No caso do Brasil, as projeções de médio prazo indicam ser necessário um resultado primário de 2% a 3% do PIB para manter a dívida líquida do setor público estável em 50% do PIB. Sejamos conservadores e fiquemos com o maior valor. Nesse caso, qual é o tamanho do Estado necessário para obter um superávit primário de 3% do PIB? A resposta depende da carga tributária que a sociedade está disposta a pagar pelos serviços fornecidos pelo Estado.

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo - 23/06/2017

BC sinaliza que pode manter ritmo de queda dos juros

O Banco Central amenizou o discurso de que poderia promover um corte abaixo de um ponto percentual na taxa básica de juros, hoje em 10,25% ao ano, na próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária). Essa é a avaliação de parte de analistas de mercado sobre o relatório trimestral de inflação, divulgado nesta quinta-feira (22), em que a autoridade monetária reduziu sua projeção para a inflação de 2017 de 4% para 3,8%. O corte mais recente foi de um ponto, mas em meio ao agravamento da crise política —a reunião aconteceu logo após a delação da JBS envolvendo Michel Temer. Na ocasião, o comunicado da decisão sinalizou que o próximo corte seria "moderado", ou seja, abaixo de um ponto. Já no relatório divulgado nesta quinta-feira, o BC diz que, na ata mais recente, o Copom entendeu que uma redução moderada "deveria se mostrar adequada". O tempo verbal foi encarado por parte do mercado como sinal de que a chance de um corte menor na taxa básica de juros em julho se reduziu.

CONSUMO EM QUEDA

Apesar de o BC ter mantido a alta do PIB (Produto Interno Bruto) em 0,5% para este ano, a projeção do consumo das famílias foi revisada de crescimento de 0,5% para estabilidade. O consumo do governo foi alterado de um aumento de 0,2% para queda de 0,6%. O BC também se mostrou mais pessimista em relação a novos investimentos: a projeção anterior, de queda de 0,3%, foi revisada para um recuo maior, de 0,6%.

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo - 23/06/2017

Guarujá abre edital para empresas

A Prefeitura de Guarujá abriu oficialmente ontem o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para empresas que prestam serviços de saneamento básico – água e esgoto. O objetivo é autorizar que os interessados apresentem estudos que visem subsidiar eventual processo de contratação de uma nova empresa. Atualmente, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) é que oferece o serviço na Cidade. A Administração revela que o PMI não garante qualquer compromisso de contratação do serviço das empresas que apresentaram projetos e também só ressarcirá o valor gasto caso aproveite o estudo. O objeto da petição de autorização é para a realização de estudos relativos à prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável, além de coleta, tratamento e escoamento de esgoto sanitário em regime de concessão ao interesse público.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 23/06/2017